



S U M Á R I O

3	Palavras prévias	Santiago Macias
5	A datação pelo radiocarbono de contextos funerários da denominada basílica paleocristã de Conimbriga	Adriaan L. De Man / / António M. Monge Soares / José M. M. Martins
11	Aeraria de transición: objectos con base de cobre de los siglos VII al IX en Al-Andalus	Juan Zozaya
25	Objectos de troca no Mediterrâneo Antigo: cerâmica «verde e manganês» de um arrabalde islâmico de Silves	Maria José Gonçalves
43	Mértola e as rotas comerciais do Mediterrâneo no período islâmico	Susana Gómez Martínez
61	De nuevo sobre el mercado de producciones cerámicas entre Al-Andalus y las Repúblicas de Génova y Pisa (siglo XI dC)	Rafael Azuar
69	Os vidros islâmicos de Mértola (séculos XI-XIII): técnicas decorativas	Lúgia Rafael / Maria de Fátima Palma
79	Cerâmicas islâmicas da «Casa do Procurador» (Aljustrel)	Juan Aurelio Pérez Macías / Timoteo Rivera Jiménez / / Artur Martins / Macarena Bustamante Álvarez
89	O arrabalde da Silves islâmica. A intervenção arqueológica do empreendimento do Castelo	José Costa dos Santos / Paula Barreira Abranches
103	Materiais cerâmicos provenientes de um silo do Bairro Almóada do Convento da Graça – Tavira	Sandra Cavaco / Jaquelina Covaneiro
113	Importações cerâmicas de Tavira na Baixa Idade Média	Sandra Cavaco / Jaquelina Covaneiro / Gonçalo Lopes
121	Novas problemáticas relacionadas com a topografia da cidade islâmica de Silves	Maria José Gonçalves
141	Pisa e il Mediterraneo nel medio evo: Scambi internazionali di merci e di conoscenza	Graziela Berti
163	El origen de Barrancos	Manuel Fructos Romero
169	As muralhas da Covilhã	Michael Mathias
185	Uma torre de vigia sobre o Tejo, em Alcochete	Miguel Correia
195	Arqueologia no castelo de Penamacor – Cimo de Vila. A alcáçova e o cemitério. Resultados das campanhas de 2004 a 2006	Silvina Silvério / / Luís Barros / Daniel Nunes
225	Cerâmicas de transporte y comercio en la Basílica de Santa María de Alicante. Producción y distribución	José Luis Menéndez Fueyo

Director: Cláudio Torres • **Coordenadores:** Santiago Macias, Susana Gómez Martínez • **Conselho Científico:** António Borges Coelho, Cláudio Torres, José Luís de Matos, José Mattoso, Manuel Luís Real • **Conselho de Redacção:** Abdallah Khawli, Artur Goulart, Carlos Manuel Pedro, Fernando Branco Correia, João Carlos Garcia, Joaquim Manuel Boiça, José Carlos Oliveira, Manuel Passinhas da Palma, Maria de Fátima Barros, Miguel Rego, Rui Mateus, Susana Gómez Martínez, Virgílio Lopes • **Apoio:** Câmara Municipal de Mértola, Centro de Estudos das Universidades de Coimbra e Porto e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

CERÂMICAS ISLÂMICAS DA «CASA DO PROCURADOR» (ALJUSTREL)

JUAN AURELIO PÉREZ MACIAS*

TIMOTEO RIVERA JIMÉNEZ**

ARTUR MARTINS***

MACARENA BUSTAMANTE ÁLVAREZ****

Nestes últimos anos verificou-se um incremento na investigação arqueológica sobre as minas da Faixa Piritosa Ibérica, ao mesmo tempo que o impulso dado pela Arqueologia Medieval tem valorizado de maneira distinta os vestígios medievais destas minas que, até há pouco tempo, não possuíam qualquer tipo de vínculo aos trabalhos mineiros ou metalúrgicos neste período cronológico. Desde meados do século XIX, momento da reabertura das minas por consórcios nacionais ou internacionais, que os engenheiros e geólogos de minas mostraram interesse pelos vestígios mineiros e metalúrgicos que aí encontravam, pelos escoriais e trabalhos mineiros que iam surgindo à medida que avançavam os trabalhos mineiros, em contramina ou a céu aberto. Contudo, a envergadura da ocupação romana, com grandes povoados e necrópoles, levou-os a considerar que todos os vestígios encontrados seriam desse período.

Esta consideração está apenas parcialmente correcta porque – ainda que seja evidente a intensidade da exploração romana, reflectida sobretudo na extensão dos *vici* – para muitos dos vestígios não existe uma cronologia segura, sobretudo em trabalhos mineiros e escoriais que não possuem materiais de cronologia romana a eles associados. Muitas galerias romanas são datadas do período romano devido à sua tipologia, no entanto, sabemos hoje que esse tipo de trabalhos de pequena dimensão, com ves-

tígios de ferramentas e pequenos nichos nas paredes para colocação de candis, perduram no tempo, muitas vezes para lá do período medieval.

Começámos também a valorizar os escoriais como objecto de investigação arqueológica, para determinar os períodos de exploração na sua estratigrafia, bem como estudar a evolução das técnicas metalúrgicas e o tipo de metais explorados, contudo, a maior parte dos escoriais estão ainda por investigar. Desconhecemos os seus contextos cerâmicos e, se muitos destes escoriais correspondem a fundições romanas, a não existência de materiais que o certifiquem faz com que não seja possível concluir peremptoriamente por essa cronologia, podendo existir mantos, sectores ou estratos de escórias de outros períodos. Tal como no caso dos trabalhos mineiros, a tipologia dos blocos de escórias de fornos de sangramento, vulgarizados a partir do período romano, vão-se manter até ao século XIX.

Desta forma foi-se consolidando uma opinião sobre a cronologia destes vestígios, definidos de acordo com uma cronologia relativa, sendo que

* Arqueólogo, Prof. Dr. do Deptº História I – Área de Arqueologia – da Faculdade de Humanidades da Universidade de Huelva.

** Arqueólogo.

*** Arqueólogo, Coordenador do Museu Municipal de Aljustrel.

**** Arqueóloga, Universidade de Cádiz.

esses vazios de população das minas ibéricas foram definidos, a maior parte das vezes, sem ter em consideração as ocupações conhecidas desta época junto das minas, e cuja funcionalidade nunca foi relacionada directamente com a prática mineira e a exploração desses recursos minerais. Ao contrário do que se pensa, o minério não se esgotou no período romano, e a reabertura das minas no século XIX para tratamento dos sulfuretos primários e secundários bem como dos chapéus de ferro, desmente-o claramente. Devemos ao geólogo Antonio Carbonell y Trillo Figueroa, o único e pioneiro trabalho sobre os vestígios árabes nas minas do sul peninsular, que conhecia bem graças ao imenso trabalho desenvolvido no campo da exploração mineira¹. Foi possível documentar algumas minas de galena argentífera com restos importantes de época medieval, alcatruzes para evacuação de águas e candis para iluminação dos trabalhos. Infelizmente o seu trabalho não teve continuidade, nem conseguiu uma mudança de rumo nas investigações sobre a mineração deste período, apesar de ter obtido provas concludentes de que ela existia, como seria natural, uma mineração de época medieval tão desenvolvida nos seus processos técnicos e metalúrgicos como a praticada durante o período romano.

Esta opinião dos engenheiros de minas do século XIX teve demasiado peso na investigação, a tal ponto que os trabalhos modernos de prospecção arqueometalúrgica, como o Huelva Archaeometallurgical Project, não incluía nas suas conclusões qualquer referência à mineração medieval, ainda que tenham catalogado registos metalúrgicos medievais como o escorial do Guerreiro (Campofrío) e os do Castelo de Aracena².

Onde a intervenção arqueológica registou contextos metalúrgicos de época medieval, foi justamente fora de áreas mineiras (Fig. 1). Um dos primeiros trabalhos efectuados foi nos escoriais de Saltés (Huelva)³, de produção siderúrgica, mas que levavam a suspeitar que isso aconte-

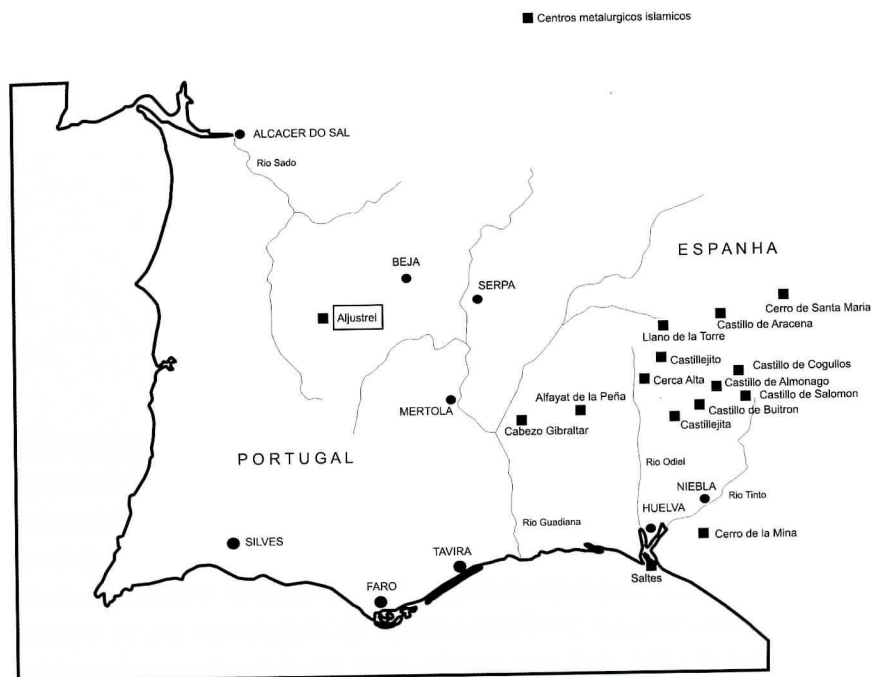
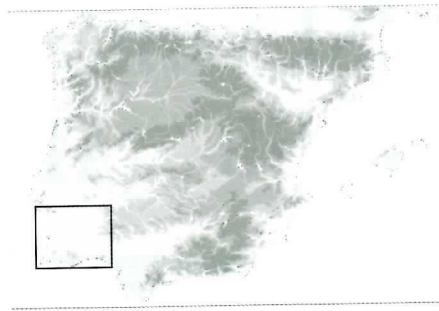


Figura 1.

tecia em locais sem possibilidade de aprovisionamento de minério nas proximidades, as minas não podiam ter estado inactivas. As minas possuem vestígios de ocupação islâmica que só se compreendem do ponto de vista da actividade mineira. Assim acontece com algumas ocupações fortificadas que se encontram nas minas mais importantes destas regiões do sudoeste ibérico, entre outras, na zona sul portuguesa, o Castillo Viejo de Salomón en Riotinto⁴, o Castillo de Almonago em El Campillo, Castillo de Cogullos em Campofrío, Castillo de Buitrón na mina de Barranco de los Bueyes de Zalamea la Real, o Castillejito de Cueva de la Mora, e a Castillejita de Sotiel Coronada⁵, na Zona Ossa Morena o Cerro de Santa María em Santa Olalla del Cala⁶. Até este momento apenas se publicaram alguns materiais de superfície que apontam, na sua maioria, para uma ocupação no período almóada, contudo, a falta de escavações e o desaparecimento de alguns vestígios como consequência dos trabalhos de mineração modernos, impediu o conhecimento dos detalhes que levam ao seu aparecimento, de entre os quais está a mineração, uma vez que já apareceram candis medievais em galerias «romanas».

Não só está verificada a produção metalúrgica em época almóada, como já foram publicados alguns registos com cronologia califal/taifa, como o Llano de la Torre em Aroche⁷ e o Cabezo de la Mina em Lucena del Puerto⁸, com extensos escoriais de blocos de escória de escorrimento com uma composição faialítica correcta, idênticas a escórias do período romano, bem como fornos de sangramento de tipologia similar aos utilizados em época romana. A única referência assinalável em relação à exploração romana será uma maior especialização na produção de ferro, com um domínio tecnológico que permite o benefício de minerais pouco habilitados, como as crostas ferruginosas das zonas de campina, ainda que os minerais preferidos tenham sido logicamente os óxidos de ferro (magnetites). No campo da produção de ferro o período *andalusi* aparece-nos como uma etapa de grandes necessidades de metal, paralelamente com capacidades técnicas na redução e na forja (carburacão) que muito possivelmente superam as de época romana.

A ferraria e a forja, onde o ferro é preparado, são instalações que aparecem amiúde nos sítios arqueológicos, tanto em sítios urbanos como em aldeias rurais e as escavações no sudoeste peninsular documentam forjas em ambos como, por exemplo, em Alcaria Longa (Mértola)⁹ ou no castelo de Serpa¹⁰.

Parece hoje indubitável o desenvolvimento da mineração e metalurgia do ferro em época medieval, contudo, torna-se mais difícil detectar a exploração de cobre e de chumbo-prata, que foram os metais mais explorados em época romana. É inútil pensarmos em perda de conhecimentos no campo da metalurgia que, como já vimos pelo tratamento do minério de ferro, seguia as normas de época romana. Em alguns sítios islâmicos aparecem escórias de cobre como em La Rotura (Rociana del Condado, Huelva)¹¹, referindo algumas fontes documentais árabes detalhes de processos alquímicos no tratamento e afinação dos metais de prata¹², no entanto, a falta de estudos e escavações não permitem o estudo dos vestígios metalúrgicos de forma a conhecer a sua tecnologia¹³. Em alguns sítios andaluzes apareceram escórias de chumbo-prata de silício livre, um tipo de metalurgia extractiva do minério de prata que deixou de ser utilizado em época pré-romana, colocando-se deste modo algumas questões, uma vez que aparecem nos escoriais de La Cerca Alta e Cerro de la Mina, juntamente com escórias de escorrimento de ferro¹⁴. Com estes vestígios de superfície não estamos ainda em condições de sugerir uma metalurgia da prata pelo processo do silício livre, contudo, o buraco negro anteriormente existente começa agora a ser preenchido com elementos que antes desconhecíamos.

Pelo atrás exposto, temos que ter muita prudência quando afirmamos que em época islâmica não existe mineração, existem indícios suficientes que indicam o contrário. Está na altura de ultrapassar a mineração romana e as suas manifestações metalúrgicas e começar a caminhar na nova investigação, com todas as dúvidas de quem começa, mas sem os terríveis complexos de que não chegaremos a lugar algum. Para isso podem servir de exemplo os escoriais do Castillo de Mulva (*Munigua*) em Sevilha. O sítio, um pequeno município romano que alcançou esta condição jurídica em época Flávia e que se dedicou à metalurgia do ferro, processando as magnetites do Grupo Navalazaro (El Pedroso), foi escavado sistematicamente. Foram postas a descoberto

importantes edifícios (Forum, Santuário de Terrazas, etc.) e um pequeno espaço doméstico. Desde o início da sua investigação que se valorizaram os seus escoriais como sendo uma prova da dedicação económica dos seus habitantes, embora tenha havido uma preferência pela componente monumental de época romana. Os últimos dados publicados sobre este local confirmam que a povoação também teve ocupação islâmica, até ao período almóada¹⁵, reocupando algumas estruturas romanas e, provavelmente, transformando o Santuário de Terrazas em reduto militar (Castillo de Mulva). O mais importante é que essa pequena povoação medieval também se dedicou à mineração e metalurgia do ferro, utilizou como escombreira um mausoléu romano e nos castelos e povoações almóadas dos arredores (Manchallana, Montorcaz y Montegil) existem extensos escoriais de ferro¹⁶.

Tudo isto nos demonstra que não estamos perante a inexistência de mineração em época islâmica, mas apenas que nos deixámos seduzir pela envergadura das manifestações mineiras romanas. Como testemunho de tudo isto servirá o conjunto de materiais que iremos apresentar seguidamente e que testemunham uma reocupação das estruturas romanas de *Vipasca* em época islâmica.

A OCUPAÇÃO ISLÂMICA DAS MINAS DE ALJUSTREL

O couro mineiro de Aljustrel foi, na Antiguidade, um dos principais centros de produção de cobre do sudoeste ibérico¹⁷. Os vestígios arqueológicos relacionados com as explorações de época romana concentram-se principalmente em redor do chapéu de ferro de Algares, a área mais intensamente explorada, ainda que existam vestígios de exploração no chapéu de ferro de S. João do Deserto, secções de pequenas galerias de exploração (*cuniculi*), visíveis na corta a céu

aberto. Todas as infra-estruturas de trabalho e fundição de época romana foram colocadas em torno da massa de Algares, bem como um extenso povoado mineiro que se prolonga desde a moderna cementação até ao bairro de Valdoca e um extenso escorial que cobria toda a área desde o chapéu de ferro até à ribeira de Feitais. Este escorial, um dos mais importantes das minas do sudoeste, não tem uma grande potência embora nalguns pontos atinja os três metros de espessura e as suas escórias sepultaram, por vezes, as *officinae* de tratamento do minério por queima, como as documentadas na zona do Azinhal¹⁸.

Não é muito conhecido o desenvolvimento urbanístico e os distintos sectores da povoação romana de *Vipasca*, contudo, do seu auge mineiro e da atracção que estas minas exerceram durante os séculos I e II d. C., podemos ter uma ideia a partir da necrópole de Valdoca, situada junto do povoado de *Vipasca*¹⁹. Neste sítio arqueológico foram escavados dois sectores, um deles junto da Chaminé da Transtagana, denominado «Casa do Procurador» pelos seus primeiros escavadores (1954) devido à qualidade dos materiais aí recolhidos, e uma intervenção de salvamento (1982) na área da Lavaria Piloto²⁰.

A denominada Casa do Procurador não é um edifício isolado, trata-se de uma das componentes deste povoado minero-metalúrgico romano. As estruturas prolongam-se sob os terrenos de calcinação das pirites e na área utilizada pela Companhia de Mineração Transtagana para a construção de três chaminés de queima de pirite. Muita da informação conhecida sobre este povoado foi obtida através dos trabalhos desta empresa mineira na segunda metade do século XIX. Entre eles, destacam-se os trabalhos para abertura de um poço principal para a exploração na contramina dos sulfuretos primários e o enriquecimento secundário da massa de Algares, a linha férrea para o transporte do minério que comunicava com a zona de calcinação e cementação artificial e as três chaminés já referidas²¹.

Mais tarde, a Société Anonyme Belge des Mines d'Aljustrel (SABMA), construiu junto ao velho malacate de pedra da companhia Transtagana o Poço Ramaix. Todos estes trabalhos mineiros, mais os trabalhos de contramina, levaram ao aparecimento de inúmeros achados fortuitos que foram sendo depositados em Lisboa, no Museu do Instituto Geológico e Mineiro e no Museu Nacional de Arqueologia. A estas recolhas fortuitas de materiais arqueológicos, das quais se destaca o achado das duas tábuas de bronze encontradas em escoriais, juntaram-se os resultantes de escavações arqueológicas realizadas por Rui Freire de Andrade, um entusiasta Director da mina que contou em diversas ocasiões com o apoio de O. da Veiga Ferreira, Abel Viana e C. Domergue²². Foi também o Eng.^o Freire de Andrade que instalou, na década de 50 do século passado (após a escavação da necrópole de Valdoca), um pequeno Núcleo Museológico da empresa mineira que permitiu manter em Aljustrel grande parte dos materiais recolhidos a partir daí na zona mineira. Foi também ele que, em colaboração com O. da Veiga Ferreira, efectuou as primeiras escavações no sítio denominado Casa do Procurador. Lamentavelmente não possuímos cadernos de campo ou anotações desta escavação, apenas pequenas referências em publicações e artigos pontuais sobre materiais significativos²³, que vieram demonstrar a importância da ocupação e exploração mineira romana destas minas.

A continuidade do povoamento nas minas de Aljustrel em época islâmica está documentada nas fontes árabes desde época califal. Em relação aos levantamentos e alianças dos senhores do Ocidente do al-Andalus contra o poder de Córdoba aparece a referência a *al-Baštrīl* (Aljustrel) como lugar de refúgio de al-Surumbāqi, no momento da sua aliança com Ibn Mālik de *Bāya* (Beja) contra Yahya b. Bakr de *Ukšūnuba* (Faro)²⁴. Relacionado com este facto, as últimas investigações realizadas pelo Museu Municipal de Aljustrel em toda a área mineira²⁵, especialmente as escavações levadas a cabo no Morro de Nossa Senhora do Castelo²⁶, puseram a descoberto as estruturas de um pequeno Castelo de taipa, justamente no local com melhores defesas naturais e que terá sido a origem da vila medieval de Aljustrel, conquistada definitivamente pela Ordem de Santiago da Espada em 1234²⁷.

Os materiais cerâmicos recolhidos nessas escavações encaixam-se numa tipologia definidora dos registos andaluzes do século XII e primeira metade do século XIII, destacando-se as formas de taças e çarolas de vidro transparente e decoração em relevos de bandas verticais e as tigelas de carena saliente com vidro transparente de tonalidade melada. Estes tipos são muito abundantes nos sítios arqueológicos do ocidente do al-Andalus em época almóada, conhecidos em Mértola²⁸, Silves²⁹, Saltés³⁰, Niebla³¹, Sevilha³², e Jerez de la Frontera³³, para citar apenas os casos mais próximos.

A publicação destes materiais vem confirmar que o Castelo de Aljustrel, um pequena fortaleza de taipa pobre em cal, terá sido construída na segunda metade do século XII, em paralelo com a política geral de fortificação do al-Andalus, que alguns autores situam nos finais do período almorávida e outros em plena época almóada. Contudo, do ponto de vista da ocupação do couto mineiro não ficava clara a relação entre este sítio islâmico com a exploração mineira, antes pelo contrário, parecia que após o esplendor da exploração romana, a mineração teria sido abandonada até ao século XI

quando os impulsos da Revolução Industrial desencadearam a reabertura destas minas do sudoeste peninsular. Para esta opinião contribuía ainda o facto de que nos escoriais destas minas do sudoeste não apareciam materiais islâmicos, pelo que resultava complicado avançar com a hipótese de mineração muçulmana. O Castelo de Aljustrel situar-se-ia então no marco das fortificações do território do século XII apenas como consequência da pressão militar cristã, portuguesa, leonesa e castelhana.

Para além dos materiais recolhidos na década de 50 do século XX na área da Casa do Procurador e da chaminé da Transtagana, foram sendo recolhidos ao longo dos anos diversos materiais cerâmicos nesses locais, que hoje se encontram depositados no Museu Municipal. Este material, na sua maior parte inédito, compreende diversos tipos cerâmicos romanos de mesa (Sigillatas Itálicas, Sudgálicas, Hispânicas e Africanas), de cozinha (Vermelho Pompeiano e almofarizes), de transporte (ânforas) e cerâmicas comuns de origem regional e local.

Desde o ano de 2006, a Câmara Municipal de Aljustrel através do seu Museu Municipal, em colaboração com a Universidade de Huelva, encontra-se a desenvolver um projecto de investigação dos sítios arqueológicos de Aljustrel, com o objectivo de poder definir os diversos períodos de exploração mineira dos seus depósitos de pirite complexa. Este projecto, denominado Vipasca, contempla a realização de escavações arqueológicas extensivas nos sítios arqueológicos mais conhecidos, entre eles: o Castelo de Aljustrel, com ocupações da Idade do Cobre e Medieval, a área do povoado romano denominada Casa do Procurador, as instalações metalúrgicas romanas do Azinhal e o povoado da Idade do Bronze da Mangancha, de forma a obter uma leitura diacrónica sobre o povoamento da região e da sua exploração mineira. Em paralelo realizam-se recolhas por amostragem, para análise, de diversas zonas dos escoriais, com possibilidade de efectuar cortes estratigráficos nas zonas de maior potência de forma a poder associar as unidades de deposição de escórias com materiais cerâmicos, o que nos daria uma cronologia relativa para essas deposições de escórias.

Na primeira campanha de trabalhos levada a cabo em 2006 começou-se por uma limpeza superficial e documentação planimétrica das estruturas romanas do Azinhal e Casa do Procurador e foi ainda efectuado o estudo dos conjuntos cerâmicos procedentes da Casa do Procurador e que se encontram depositados no Museu Municipal de Aljustrel. Estes conjuntos podem fornecer as primeiras indicações para o reconhecimento dos contactos comerciais e de abastecimento deste couto mineiro em época romana, no entanto, e para surpresa nossa, entre os inúmeros materiais romanos encontrámos também diversas peças de cronologia islâmica. Embora desconhecendo o contexto exacto em que esses materiais apareceram, o que teria sido uma grande ajuda para situar a ocupação islâmica dentro do antigo povoado romano, aspecto em que devemos insistir nas próximas campanhas de escavação, parece evidente que eles representam uma fase de ocupação medieval e, provavelmente, uma continuidade na mineração em Aljustrel depois da época romana. A amostragem foi aleatória e não intencional, contudo, as percentagens de cerâmicas devem corresponder à realidade do conjunto, um conjunto mineiro que apresenta um máximo demográfico entre os séculos I e II d. C., com uma ligeira recuperação no século IV e inícios do século V e uma reutiliza-

ção parcial dos espaços na época medieval islâmica. Uma vez que não estamos perante um povoado fortificado mas numa área de povoamento onde em finais do século I a. C. se fixou a população mineira, podemos concluir, para estes novos momentos, que terá havido mineração em Aljustrel, que como já referimos, aliás, aconteceu em outras minas. Aparece-nos então um novo objectivo para a nossa investigação, localizar e escavar os locais com vestígios de mineração e metalúrgicos medievais, uma oportunidade que não encontramos noutros coutos mineiros do sudoeste, como Riotinto, onde os vestígios medievais desapareceram devido aos trabalhos de mineração modernos.

Todas as cerâmicas foram feitas a torno, com tonalidades que oscilam entre o vermelho e o castanho, ainda que algumas formas, como as caçarolas, utilizem uma pasta de cor esbranquiçada. De um modo geral estão bem depuradas, sem desengordurantes perceptíveis, com boa cozedura e com acabamentos sem tratamento, salvo os espatulados interiores dos alguidares, a pintura preta e branca dos jarros e tigelas, bem como o vidro transparente das caçarolas. Do conjunto destacam-se os seguintes grupos tipológicos:

– Caçarola (Figura 2, 1 a 5)

Dentro do conjunto são um grupo bem representado. Nalguns casos correspondem a esta forma fundos em anel e vidro transparente, contudo, os fragmentos que melhor nos definem este tipo possuem parte do corpo, com formas diversas, os de corpo hemisférico com bordo engrossado e lábio plano ligeiramente reentrante, os de bordo saliente com perfil biselado no interior e os de corpo carenado com uma parte superior côncava e bordo ligeiramente saliente.

O mais característico destas formas são as decorações com pintura branca ou preta no bordo, pingos de cor escura e linhas brancas paralelas com outra que as corta.

– Pequenos jarros (Figura 2, 6 a 12)

Entre os fragmentos que se enquadram nesta forma estão os decorados com pintura branca, aplicadas em linhas horizontais no colo da peça, no bordo e em séries de linhas paralelas inclinadas para o exterior do bordo. São formas que se definem por possuir um colo cilíndrico de bordo saliente ou pronunciado. Não é possível obter a forma completa, mas este tipo de decoração predomina em cerâmicas da época de taifa³⁴.

– Caçarola (figura 3, 14 a 16)

Dentro do grupo das cerâmicas de cozinha destacam-se os fragmentos de caçarolas. Dentro destas aparecem duas formas, uma de base plana ampla e corpo troncocónico e outra mais evoluída, de bordo almendrado saliente, com decoração de pintura branca e corpo moldado. As primeiras formas correspondem a um momento califal-taifa³⁵ e as segundas a um tipo comum nos séculos XII e XIII³⁶.

– Alguidar (Figura 3, 17 a 20)

É uma das formas mais abundante e apresenta três formas de rematar o bordo. O bordo de volta com engobe de almagre espatulado no interior; o bordo saliente com o interior espatulado e o bordo espessado com decoração impressa de pequenos pontos no exterior.

Os alguidares são formas que perduram largamente nos conjuntos cerâmicos da Andaluzia islâmica, tendo-se já obtido alguma precisão cronológica. Assim, o alguidar brunido ou espatulado com banho de óxido de ferro aparece em contextos califais e de taifa nalguns sítios arqueológicos de Huelva, como Llano de la Torre em Aroche³⁷, enquanto o alguidar com decoração impressa no exterior do bordo está geralmente associado a uma cronologia almóada³⁸.

Estes materiais vêm confirmar que o povoado romano de Vipasca também terá sido ocupado em época islâmica, ainda que no estado actual

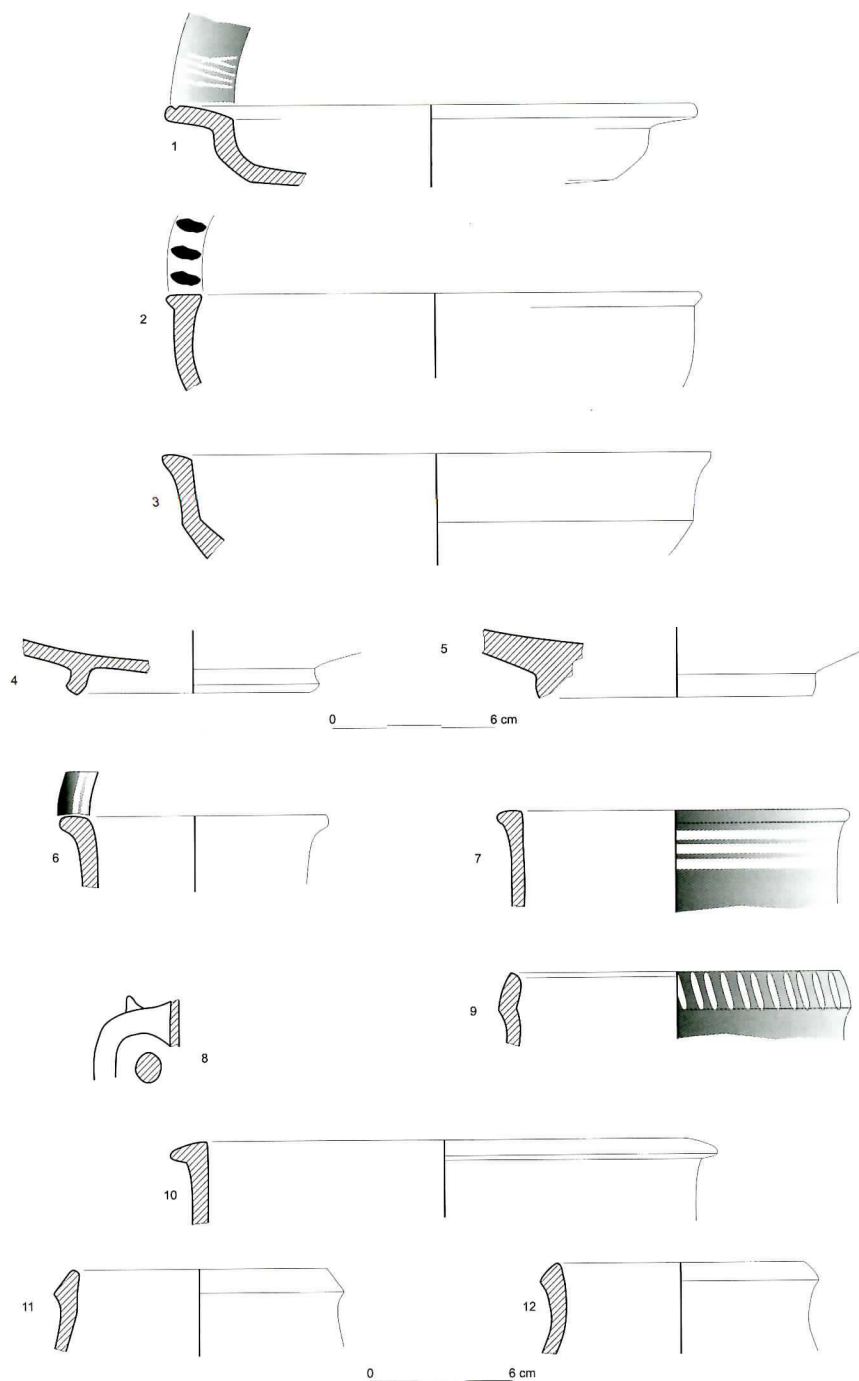


Figura 2.

dos nossos conhecimentos não possamos adiantar uma funcionalidade económica para este povoado. Não obstante, parece-nos que, ao ocupar o antigo povoado mineiro, tudo aponta para que se tenham dedicado à mineração. Mesmo com uma amplitude de amos-

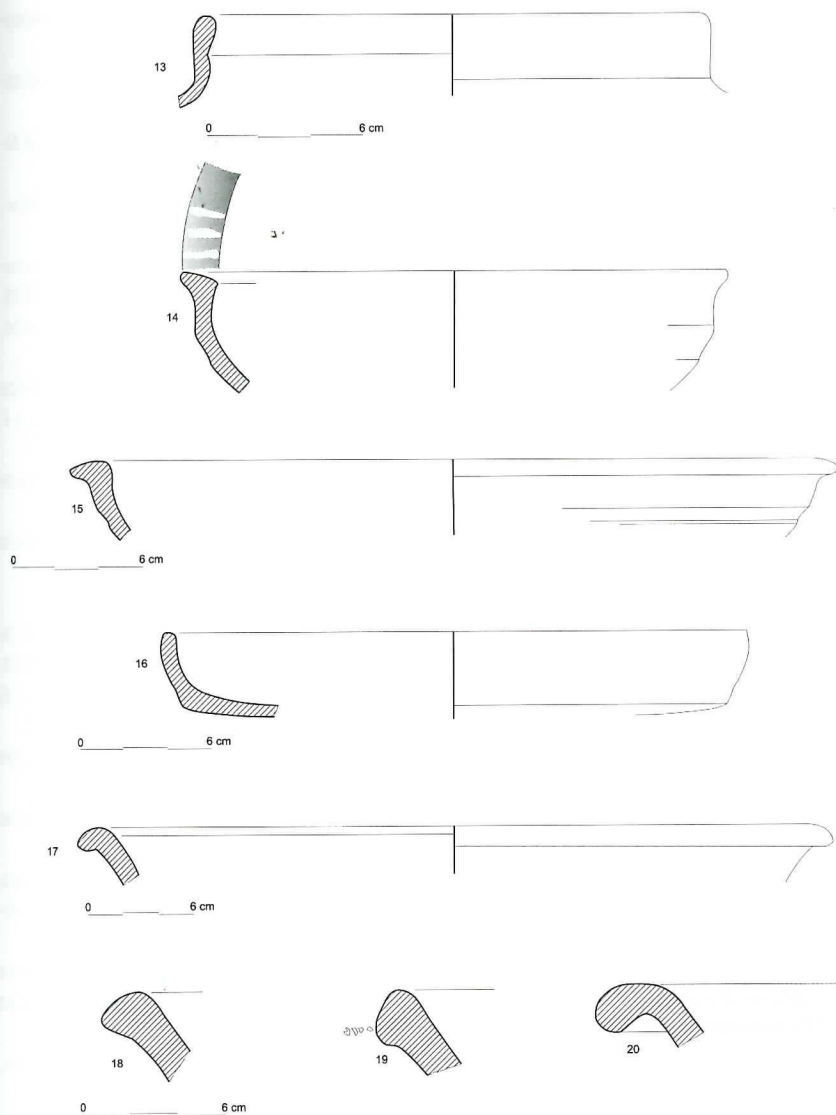


Figura 3.

tra que não permite grande precisão, podemos afirmar que os tipos representados na Casa do Procurador correspondem a um momento anterior ao do Castelo de Aljustrel, séculos XI e meados do século XII. Assim sendo, a construção do Castelo de Aljustrel deve ser entendida como uma nova necessidade de defesa de uma população já existente e não como a fortificação de um território na fronteira do Campo de Ourique. A fortificação de Aljustrel na segunda metade do século XII ou em início do século XIII poderia então ser relacionada com a protecção da sua produção mineira.

A documentação da conquista cristã na Baixa Idade Média aponta claramente para a existência de trabalhos de mineração em época islâmica e que estariam em funcionamento algumas ferrarias, como vem referido na Carta de Doação do Castelo de Aljustrel

à Ordem de Santiago da Espada por D. Sancho II em 1235, confirmada por D. Afonso III em 1255. Na Carta de Doação a Pelágio Pedro, Mestre de Cavalaria e a Gonçalo Pedro, Comendador da Ordem de Santiago em Portugal, é referido que dependiam do Castelo de Aljustrel montes, fontes, pastos, ferrarias e pescas, que passavam para a jurisdição da Ordem, enquanto nas minas e nos banhos (águas termais) a Ordem apenas podia cobrar o dízimo: «*Do et concedo uobis et subtessoribus uestris supradictum Castellum de Aljustre cum ipsis terminis supradictis cum Montibus et fontibus et pasciis et feirarys et pescariis et cum ingressibus et regressibus et cum omni iure regali quod ibi habo et habere debeo iure hereditario in Eternum exceptis adicia et baleacione et de ipsis adicia et baleacione de uobis deciman forum omnium que de Adicia et Baleacione habuero...*»³⁹.

O documento refere-se à mina (*Adicia*) e aos banhos (*Baleacione*), dos quais a Ordem não possuía plena propriedade. A palavra *adicia* como referência a minas aparece noutros topónimos portugueses⁴⁰ e a sua origem latina relaciona-se com as *additae uenae* mencionadas em Plínio (N.H., 34, 159), interpretadas como o minério já preparado para carregar no forno⁴¹. A sua etimologia poderá advir de *abditus* (terreno escondido ou subterrâneo)⁴². A mina a que se referem os textos deve ser a massa de Algarès, cujo topónimo é de origem árabe, de *Algar* (cova)⁴³, e significaria o lugar das covas devido à existência de inúmeros poços romanos. Os banhos correspondem à fonte termal de São João do Deserto, próxima de Aljustrel⁴⁴.

O significado destas palavras foi tratado já por C. Domergue⁴⁵, para quem estas referências a ferrarias indicariam o tratamento de silicatos de ferro das escórias romanas para a produção siderúrgica, sendo que *adicia* se interpretaria como a exploração de ouro nativo nas crostas oxidadas da massa de Algarès. Contudo, torna-se problemático falar da exploração de ouro nativo, uma

vez que no chapéu de ferro das massas de sulfuretos polimetálicos do sudoeste não existe ouro nativo, ele encontra-se disseminado pelo chapéu de ferro com percentagens máximas de dois a quatro gramas por tonelada de mineral. Parece-nos mais sensato propor uma mineração superficial (*adicia*) dos óxidos de ferro da massa de Algaes para a obtenção de ferro (*ferrarias*).

De qualquer modo, depois da conquista do Castelo de Aljustrel vamos encontrar entre o seu património, a mina (*adicia*), as ferrarias (*feirarys*) e os banhos (*baleacione*). Existia um conhecimento pleno dos recursos económicos da Aljustrel muçulmana e são esses que são atribuídos à Ordem. A exploração das minas e dos banhos seriam os que geravam maiores rendimentos, daí que o rei apenas outorgue a cobrança da dízima em regime de colonato. Este documento revela-nos que para além do interesse estratégico, o Castelo de Aljustrel oferece à Ordem rendimentos relacionados com a produção de metal e a concessão do dízimo sobre a mina e os banhos.

Este aspecto é muito importante para o estudo da mineração medieval. Ao contrário do que se pensava, a mineração continua a ser uma importante actividade económica em Aljustrel, tanto no período islâmico como na Baixa Idade Média cristã. E terá continuado em séculos posteriores, uma vez que os trabalhos arqueológicos que se realizaram em poços e galerias antigos do Chapéu de Ferro demonstram que alguns deles poderão ter origem ou ter sido reaproveitados no século XVI⁴⁶.

NOTAS

- 1 A. CARBONELL y TRILLO FIGUEROA (1929), «La minería y la metalurgia entre los musulmanes en España», *Boletín de la Real Academia de Córdoba*, XXV, Córdoba, pp. 179-217.
- 2 A. BLANCO e B. ROTHENBERG (1981), *Exploración Arqueometalúrgica de la Provincia de Huelva*, Barcelona.
- 3 N. TRAUHT (1996), «Les produits métallurgiques du site médiévale de Saltés (Huelva, Andalucía)», *Archéologie islamique*, 6, pp. 77-88.
- 4 J. A. PÉREZ MACÍAS (1999), «Cerro Salomón y la minería hispanomusulmana en Garb Al-Andalus», *Arqueología Medieval*, 6, Porto, pp. 19-39.
- 5 Todos estes locais em J. A. PÉREZ MACÍAS (2004), «Población y explotación en el suroeste de Al-Andalus», *Paisaje y Naturaleza en al-Andalus*, Granada, pp. 269-290.
- 6 J. A. PÉREZ, T. RIVERA, e E. ROMERO (2005), «La fortificación del territorio en época islámica», *La Banda Gallega* (J. A. Pérez y J. L. Carriazo, eds.), Huelva, pp. 17-67.
- 7 J. A. PÉREZ MACÍAS (1990), «Prospección Arqueológica Superficial del yacimiento hispano-musulmán de El Ladrillero (Aroche, Huelva)», *Anuario Arqueológico de Andalucía/1987*, III, pp. 323-328.
- 8 J. A. PÉREZ MACÍAS (2002), «La herrería califal-taifa del Cabezo de la Mina (Lucena del Puerto, Huelva)», *Spal*, 11, pp. 419-433.
- 9 J. L. BOONE (1994), «Rural settlement and islamization in the Lower Alentejo of Portugal. Evidence from Alcaria Longa», *Arqueología en el entorno del Bajo Guadiana* (J. M. Campos, J. A. Pérez, y F. Gómez, eds.), Sevilla, pp. 527-544.
- 10 A. MONGE y J. RODRÍGUEZ (1986), «Balanço provisório da intervenção já realizada no Castelo de Serpa», *Arquivo de Beja*, 2-III, pp. 167-198.
- 11 J. A. PÉREZ MACÍAS (1999), «La producción metalúrgica en el suroeste de al-Andalus», *Coloquio Minas y Metalurgia en al-Andalus*, Casa de Velásquez, Madrid, en prensa.
- 12 J. VALLVE BERMEJO (1980), «La industria en Al-Andalus», *Al-Qantara* 1, pp. 209-241.
- 13 O cadinho de Mértola é uma prova do tratamento da prata, cf. L. DA SILVA (1992), «O cadinho de ourives de prata do silo n.º 5 de Mértola – proposta de análise», *Arqueología Medieval*, 1, pp. 35-38.
- 14 J. A. PÉREZ MACÍAS (2002), «La explotación metalúrgica. La Cerca Alta (Cerro de Andévalo)», *El Territorio Medieval, II Jornadas de Cultura Islámica*, J. A. Pérez Macías (ed.), Huelva, pp. 9-26.
- 15 F. TEICHNER (1998), «Spuren islamischer Besiedlung auf dem Castillo de Mulva (Villanueva del Río y Minas, Prov. Sevilla)?», *Madrider Mitteilungen*, 39, pp. 323-335.
- 16 TH. G. SCHATTNER, G. OVEJERO, y J. A. PÉREZ (2005), «Sucinto informe de las investigaciones arqueológicas en Munigua 2000», *Anuario Arqueológico de Andalucía/2000*, II, pp. 93-103.
- 17 C. DOMERGUE (1996), *La mine antique d'Aljustrel (Portugal) et les Tables de Bronze de Vipasca* Paris (1983), ver também A. MARTINS, «Aljustrel, a Mina e a Mineração na Antiguidade», *Mineração no Baixo Alentejo*, I, Castro Verde, pp. 94-114.
- 18 B. CAUJET, C. DOMERGUE, e C. DUBOIS (1999), «La production de cuivre dans la province romaine de Lusitanie. Un atelier de traitement du minerai à Vipasca», *Économie et territoire en Lusitanie romaine*, Collection de la Casa de Velásquez, 65, Madrid, pp. 279-306.
- 19 J. ALARCÃO e A. ALARCÃO (1966), «O espólio da necrópole luso-romana de Valdoca (Aljustrel)», *Conimbriga*, V, pp. 7-104.
- 20 R. PARREIRA (1984), «Intervenção de emergência no povoado mineiro romano de Vipasca (Aljustrel)», *Informação Arqueológica*, 4, pp. 135-144.
- 21 H. ALVES, «Notas históricas e arqueológicas sobre o Património Industrial das Minas de Aljustrel e S. Domingos», *Mineração no Baixo Alentejo*, II (2001), 122-155. Sobre a mineração nesta zona H. ALVES e A. MARTINS, *Aljustrel. Um Olhar sobre as minas e as gentes no século XX*, Aljustrel.
- 22 C. DOMERGUE e R. FREIRE d'ANDRADE (2005), «Sondages 1967 a 1969 à Aljustrel (Portugal) Note préliminaire», *Conimbriga*, X (1971), pp. 99-116.
- 23 Entre outros trabalhos A. VIANA, R. FREIRE de ANDRADE, e O. da VEIGA FERREIRA (1954) «Minerações Romanas de Aljustrel», *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, XXX pp. 79-92, e O. da VEIGA FERREIRA e R. FREIRE de ANDRADE (1964), «Algumas marcas de oleiros em terra sigillata de Vipasca (Aljustrel)», *Revista de Guimarães*, LXXIV, pp. 317-322.
- 24 Estas citações sobre Aljustrel em S. MACÍAS (2005), *Mértola. O último porto do Mediterrâneo*, Mértola, pp. 161-164. A identificação de Aljustrel com al-Baštrīl foi feita por F. M. R. BRANCO CORREIA (1992), «O Castelo de Aljustrel. Uma tentativa de interpretação», *Vipasca*, 1, pp. 73-8 nota 18.
- 25 A. ESTORNINHO, A. MARTINS, C. RAMOS, e J. MURALHA (1994), «O povoamento da área o

- Aljustrel. Seu enquadramento na Faixa Piritosa Ibérica», *Arqueología en el entorno del Bajo Guadiana*, Sevilla, pp. 27-36.
- 26 C. RAMOS, A. MARTINS, J. MURALHA e A. ESTORNINHO (1993), «O Castelo de Aljustrel. Campanhas de 1989-1992», *Vipasca*, 2, pp. 11-40.
- 27 F. M. R. BRANCO CORREIA (1992), «O Castelo de Aljustrel. Uma tentativa de interpretação...», *Vipasca*, 1, Aljustrel, pp. 67-72.
- 28 C. TORRES, M. PÁLMA, M. REGO, e S. MACÍAS (1991), «Cerâmica islâmica de Mértola. Propostas de cronologia e funcionalidade», *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*, Mértola, pp. 497-536.
- 29 R. VARELA GOMES (1988), *Cerâmicas muçulmanas do Castelo de Silves*, Xelb, 1, Silves.
- 30 A. BAZZANA e J. BEDIA (Dirs) (2005), *Excavaciones en la Isla de Saltés (Huelva), 1988-2001*, Sevilla.
- 31 J. M. CAMPOS, F. GÓMEZ, e J. A. PÉREZ (2006), *Llipla/Niebla. Evolución urbana y ocupación del territorio*, Huelva.
- 32 A. PLEGUEZUELO e M^a P. LAFUENTE (1995), «Cerâmicas de Andalucía Occidental (1200-1600)», *Spanish Medieval Ceramics in Spain and the British Isles*, BAR International Series, 610, Oxford, pp. 217-244.
- 33 S. FERNÁNDEZ GABALDÓN (1998), «El yacimiento de la Encarnación (Jerez de la Frontera): Bases para la sistematización de la cerámica almohade en el S. O. peninsular», *al-Qanṭara*, VIII (1987), pp. 449-474.
- 34 M. RETUERCE, *La cerámica andalusí de la Meseta*, Madrid.
- 35 Compare-se com os exemplares do século XI na Alcáçova de Mértola, cf. S. GÓMEZ MARTINEZ (2001), «Mértola islâmica. Los espacios de vivienda», *I Jornadas de Cultura Islámica*, Sevilla, 65-98, e Niebla, cf. J. M. CAMPOS, J. A. PÉREZ, F. GÓMEZ, J. M. BELTRÁN, e A. GÓMEZ (2001), «Arqueología urbana en Niebla. Excavaciones en la zona Muralla Desembarcadero de Niebla», *Anuario Arqueológico de Andalucía/1996*, II, pp. 256-263.
- 36 S. MACÍAS (1996), Mértola Islâmica. Estudo histórico-arqueológico do Bairro da Alcáçova (séculos XII-XIII), Mértola, pp. 99-127.
- 37 J. A. PÉREZ MACÍAS (1990), «Prospección Arqueológica Superficial del yacimiento hispanomusulmán de El Ladrillero (Aroche)», *Anuario Arqueológico de Andalucía/1987*, III, Sevilla, pp. 323-328.
- 38 P. LAFUENTE IBÁÑEZ (1995), «La cerámica almohade de Sevilla», *El último siglo de la Sevilla Islámica, 1147-1248*, Sevilla, pp. 285-303.
- 39 Este documento completo em M^a GRAÇA DIAS (1992), «Aljustrel no século XIII. Subsídios para o estudo da Ordem de Santiago da Espada», *Vipasca*, 1, pp. 73-80.
- 40 Entre eles a mina de Adiça próximo de Almada, cf. F. DE ALMEIDA (1970), «Mineração romana em Portugal», *La minería hispana e iberoamericana. Contribución a su investigación histórica*, León, 217 pp. Também é possível que as minas de galena argentífera de Sobral de Adiça (Moura) tenham dado o nome a essa freguesia, se por acaso a mina de prata de Tūtālica, mencionada nas fontes árabes, se tenha localizado nos arredores de Santo Aleixo da Restauração (Moura), cf. C. TORRES, «Povoamento antigo no Baixo Alentejo. Alguns problemas de topografia histórica», *Arqueología Medieval*, 1, pp. 189-202.
- 41 M. C. DÍAZ e DÍAZ (1970), «Metales y minería en la época visigoda, a través de Isidoro de Sevilla», *La minería hispana e iberoamericana. Contribución a su investigación histórica*, León, 265 pp.
- 42 Adito, cf. Léxico Hispánico primitivo (siglos VIII al XII), R. Lapesa (red.) e Manuel Seco (ed.) (2003), Madrid, *Abditus* é uma palavra aparentada com *abscentibus*, *absensus*, *occultus*, cf. *Thesaurus Linguae Latinae*, I, com numerosos exemplos, ...*in abdita terra...* (SEN., Nat. 6, 7, 5), ...*bestias abditas terrasque tectas...* (CIC., Tusc. 5, 38), etc. Esta terá sido também a origem do vocábulo mineiro inglês adit (galeria).
- 43 M. ASIN PALACIOS (1944), *Contribución a la toponimia árabe de España*, Granada, 61 pp.
- 44 L. PITA e M^a GRAÇA DIAS (1997), «Ermida e Termas de São João do Deserto (Aljustrel)», *Vipasca*, 6, pp. 7-54.
- 45 C. DOMERGUE, La mine antique d'Aljustrel (Portugal) et les Tables de Bronze de Vipasca..., nota 40.
- 46 B. CAUQUET, C. DOMERGUE e C. DUBOIS (2002), «Mine d'Aljustrel (Portugal), fouilles archéologiques dans les anciens réseaux miniers des Algarves», *Mineração no Baixo Alentejo*, II, Castro Verde, pp. 38-88.